

Brasília, 06 de novembro de 2023

Ofício PR 346/2023

A Sua Excelência o Senhor

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Brasília/DF

Senhor Ministro,

Como é de vosso conhecimento, na publicação do Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023, foi autorizado o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Porto do Rio de Janeiro, Porto de Itaguaí (RJ) e Porto de Santos (SP), bem como no Aeroporto do Galeão, também no Rio de Janeiro, e no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Trata-se de uma relevante medida do Governo Federal no fortalecimento do combate ao tráfico de drogas e de armas e ao contrabando, por meio de ações preventivas e repressivas. Em que pese a importância do combate aos ilícitos, especialmente às práticas abusivas no comércio exterior e aos delitos de contrabando e descaminho, entende-se que um relevante aspecto não foi explicitamente considerado, aspecto esse que poderá comprometer o resultado esperado pela sociedade.

O artigo 237 da Constituição atribuiu ao Ministério da Fazenda a competência para exercer a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, atividades que são consideradas como essenciais aos interesses nacionais. Ou seja, o controle aduaneiro foi alçado à categoria de serviço essencial ao interesse nacional e tal atribuição foi expressamente outorgada ao Ministério da Fazenda, atribuição exercida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Trata-se de um poder do Estado brasileiro no controle de suas fronteiras, na proteção da economia nacional e da sociedade, relacionado à soberania, que é exercido pela Receita Federal, por meio da Aduana Brasileira. Nesse sentido, o art. 35 do Decreto-Lei nº 37, de 1966, reproduzido no art. 17 do Regulamento Aduaneiro, determina que a autoridade aduaneira tem precedência sobre quaisquer outras autoridades nas áreas de portos, aeroportos, pontos de fronteira e recintos alfandegados, ou seja, nas áreas em que sejam realizadas atividades aduaneiras. Segundo o texto regulamentar, tal precedência implica a obrigação, por parte das demais autoridades, de prestar auxílio imediato, sempre que requisitado pela autoridade aduaneira, disponibilizando pessoas, equipamentos ou

instalações necessários à ação fiscal; e a competência da autoridade aduaneira, sem prejuízo das atribuições de outras autoridades, para disciplinar a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias nos referidos locais, no que interessar à Fazenda Nacional.

Não se trata de uma mera distribuição de competência entre órgãos de Estado, mas do reconhecimento por parte do Poder Constituinte da especialização da atividade aduaneira considerada como essencial para o interesse nacional, que envolve tanto a fiscalização e o combate de práticas ilícitas, dentre as quais o contrabando e o descaminho, como também o devido controle, vigilância e monitoramento de operações lícitas de comércio exterior, dentro das melhores práticas internacionais. Trata-se da conjunção do exercício do poder de polícia conferido à autoridade aduaneira com a necessária viabilização do comércio exterior lícito, por meio de medidas de controle que buscam não onerar excessivamente as operações de comércio exterior, dentro das melhores práticas internacionais. Todas as operações de controle e fiscalização aduaneira são precedidas da devida análise do risco envolvido na operação, por meio de critérios objetivos e inteligência que fazem parte da Gestão de Risco Aduaneiro, que também segue recomendações internacionais.

Dessa forma, entende-se como temerária a estruturação de uma importante ferramenta de combate às práticas ilícitas relacionadas ao comércio exterior e controle de fronteiras sem a participação efetiva e destacada da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que possui ferramentas reconhecidamente eficientes na gestão do comércio exterior brasileiro, a partir de uma lógica de Gestão de Risco Aduaneiro e tratamento devido.

Acrescente-se, ainda, a competência constitucional e legal para o devido tratamento nas apreensões e aplicações de sanções decorrentes de ilícitos apurados e comprovados, que está a cargo dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Qualquer procedimento que não inclua as referidas autoridades pode fragilizar a própria efetividade da operação, na medida em que seus resultados possam ser contestados no Poder Judiciário atuando em sentido contrário ao esperado.

Dessa forma, entendemos que seja oportuno reafirmar a importância de que sejam garantidas a competência constitucional atribuída ao Ministério da Fazenda, exercida pela Receita Federal, na fiscalização e controle do comércio exterior, e as atribuições privativas das Autoridades Tributárias e Aduaneiras. A Receita Federal, portanto, deve ser consultada e deve participar de qualquer que envolva atividades de sua competência.

A fiscalização tributária e aduaneira, inclusive no que se refere ao rastreamento dos fluxos financeiros, ao combate ao contrabando e descaminho, e ao tráfico de entorpecentes, pode contribuir de forma decisiva para a efetividade das ações de combate ao crime organizado. Ainda que seja importante a inclusão da Receita Federal no escopo da operação, não deve se dar em prejuízo da autonomia e independência de sua atuação, nas áreas de sua jurisdição e competência, nem da proteção ao sigilo fiscal, atributos consagrados pela jurisprudência nacional.

Por conseguinte, ao exposto acima, o Sindifisco Nacional vem, por meio deste, solicitar audiência imediata com vossa Excelência para que possamos discutir os papéis exatos de cada autoridade competente em sua atuação nos portos e aeroportos sob a Garantia de Lei e Ordem (GLO) decretada pelo governo federal.

Respeitosamente,



Isac Moreno Falcão Santos

Presidente